

# TURISMO COMO FERRAMENTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: O CASO DO ROTEIRO TURÍSTICO “CAMINHOS DE PEDRA” EM BENTO GONÇALVES/RS

*Josiane Patrícia Talamini*

Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil, Faculdade Meridional – IMED.

Rua Senador Pinheiro, 304 – Bairro Cruzeiro, CEP 99070-220 – Passo Fundo/RS, Brasil.

E-mail: <josiane.talamini@imed.edu.br>.

## RESUMO

A preservação do patrimônio encara, com certa frequência, problemas relacionados ao seu reconhecimento como tal; mas também problemas de cunho econômico que, por muitas vezes, inviabilizam ações de preservação e manutenção. Assim, alternativas têm surgido em áreas de interesse patrimonial, visando tornar possível sua preservação. Uma dessas alternativas é a associação ao turismo cultural. Este artigo tem como objetivo relatar o caso do roteiro turístico “Caminhos de Pedra”, localizado na área rural do município de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha. Trata-se de um roteiro turístico baseado na preservação da arquitetura, cultura e costumes das antigas colônias de imigrantes italianos. A reutilização de edifícios para fins comerciais voltados ao turismo proporcionou a melhora das condições de vida da comunidade e viabilizou a preservação do seu patrimônio e, através da educação patrimonial, o reconhecimento deste pela comunidade envolvida.

**Palavras-chave:** Turismo. Preservação. Patrimônio. Educação patrimonial. Renda.

## 1 INTRODUÇÃO

O universo abrangente da preservação do patrimônio envolve diferentes áreas do conhecimento humano, onde cada uma contribui, com suas especificidades e conhecimentos, para que sejam perpetuados todos os bens patrimoniais, materiais e imateriais, de toda a produção e história humana. Os processos de intervenção, valorização e preservação do patrimônio, normalmente abrangem questões ambientais, econômicas, sociais e culturais.

As questões ambientais, fortemente debatidas nos últimos anos, não estão apenas relacionadas às questões referentes à manutenção e preservação da flora e da fauna. A preocupação com a destina-

ção correta dos resíduos é um dos principais problemas ambientais atuais. No ramo da construção civil não poderia ser diferente.

Considerando que, ao cultivar novas terras, desenvolver por vezes desordenadamente os centros urbanos, executar grandes obras e realizar vastos planejamentos físico-territoriais e instalações de equipamento industrial e comercial, as civilizações modernas aceleram esse fenômeno que, até o século passado, havia sido relativamente lento. (UNESCO, Recomendação de Paris Paisagens e Sítios, 1962).

Neste sentido a reutilização das edificações torna-se um aliado na busca pela redução dos resíduos produzidos pela construção civil. Embora existam tecnologias e formas de reaproveitar

estes detritos, sabe-se que estas ainda não foram devidamente difundidas, principalmente devido à falta de interesse das indústrias envolvidas nos processos de construção. A reutilização de edifícios soma-se as questões ambientais também quando, ao manter edificações já construídas, evita que seja necessária a produção de novos materiais, reduzindo o gasto energético global, que se sabe, é consideravelmente elevado.

Outro aspecto importante no que diz respeito à preservação é a questão da manutenção do ambiente construído, com o qual flora e fauna já estão adaptadas e conseguem conviver, na maioria das vezes, de forma harmônica. No âmbito das questões ambientais, cabe ressaltar também os temas referentes ao conforto térmico e acústico das edificações, através do uso de materiais que apresentam maior inércia, como é o caso das casas da área rural de Bento Gonçalves, erigidas em pedra e barro coletados no local.

O reuso dos edifícios, além dos aspectos ambientais já citados, pode ser considerada uma ótima alternativa no que tange a aspectos econômicos. Além de evitar gastos desnecessários com o desperdício de matéria-prima, esta atitude pode tornar-se um meio de obtenção de recursos, uma fonte de renda que alia preservação, reuso e valorização de bens culturais. De acordo com a Carta de Atenas a utilização destes monumentos assegura sua continuidade, desde que seu novo uso seja adequado ao caráter histórico e artístico da edificação.

A utilização de monumentos históricos como espaços comerciais, residenciais ou de serviços, propicia a obtenção de recursos econômicos que viabilizam a manutenção e garantem à população o direito de coletividade sobre os bens patrimoniais, conforme indicado pela Carta de Atenas em 1931. Sobre o reuso destes edifícios, a Norma de Quito (1967) assegura que este processo além de incorporar a um potencial econômico um valor atual, põe em produtividade uma riqueza inexplorada, enriquecendo sua significação histórico-artística e “passando-a do domínio exclusivo de minorias eruditas ao conhecimento e fruição de maiorias populares”. Bens patrimoniais, matérias ou imateriais, são elementos de afirmação dos valores culturais, história e costumes de uma sociedade, a partir dos quais se reconhecem as origens e os vínculos culturais que formam sua identidade.

As ações que visam reutilizar edifícios de valor histórico tornam-se importantes meios de preservação e ressocialização destes bens, garantindo

sua permanência como comprovação da cultura de uma sociedade, sua ligação entre passado e presente, criando condições ideais para sua manutenção através do tempo. Fica clara a necessidade da inserção adequada de novos usos, visando atender os anseios da comunidade local, unindo preservação e novas funções. É a recuperação, a preservação e o reuso que asseguram a perpetuação da história e a cultura das civilizações, indispensáveis para o desenvolvimento cultural e a identidade dos povos.

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da sua unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (ICOMOS – Carta de Veneza, 1964).

Nota-se, portanto, a abrangência interdisciplinar das questões referentes à preservação e reuso de sítios e monumentos históricos, demonstrando a necessidade de ações conjuntas envolvendo as distintas áreas do conhecimento humano em prol da educação patrimonial, da informação, da valorização e conscientização da importância da preservação desses bens para as gerações futuras. São estas ações que garantirão que a história, a cultura e os costumes de um povo possam ser perpetuados, aproximando presente e passado.

## 2 O ROTEIRO TURÍSTICO “CAMINHOS DE PEDRA”

Considerando a importância cultural dos edifícios dos imigrantes italianos, foi realizado no município de Bento Gonçalves, por volta de 1987, um levantamento do acervo arquitetônico nas áreas rurais que constatou a existência de inúmeras casas antigas que conservavam a cultura e a história da imigração italiana. A maior parte deste acervo encontrava-se nas Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, Distrito de São Pedro, composto por sete comunidades (São Pedro, São Miguel, Barracão, São José da Busa, Cruzeiro, Santo Antônio e Santo Antoninho). Essas edificações possuíam fácil acesso e grande potencial turístico. A situação de abandono em que se encontravam vinha desde

a década de 1970 quando o traçado da rodovia que ligava Porto Alegre ao norte do estado foi alterado. Influenciados pelas poucas condições de vida nas áreas rurais e a possibilidade de melhores con-

dições oferecida pelas áreas urbanas que apresentavam um crescimento acelerado, estes agricultores abandonaram suas atividades e foram para a cidade, deixando um rico acervo arquitetônico.

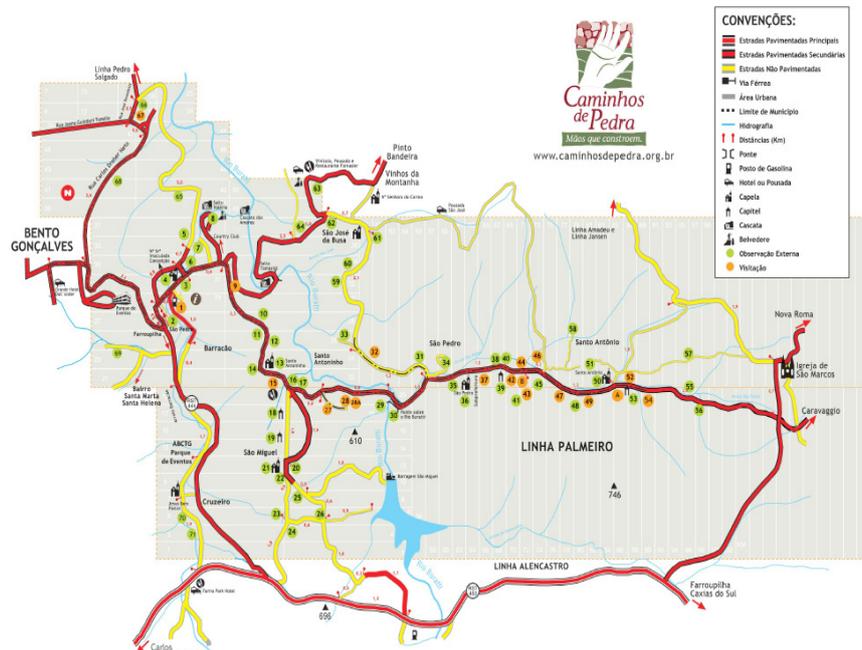


Figura 03: Mapa roteiro turístico “Caminhos de Pedra”. Fonte: <http://www.caminhosdepedra.org.br/pt/?pg=contato-e-mapas>

Tendo em vista o grande potencial encontrado, o Eng. Tarcísio Vasco Michelin e o Arq. Júlio Posenato idealizaram o roteiro turístico, inicialmente denominado Colônia São Pedro, com a finalidade de resgatar, preservar e dinamizar a cultura que os imigrantes italianos trouxeram à Serra Gaúcha. No entanto, ações rápidas eram necessárias para evitar que se perdessem mais exemplares desta arquitetura que sofria os danos provocados pelo tempo e o abandono, como ocorrera com tantas outras casas de pedra, madeira ou alvenaria, que ruíram ou foram demolidas. Com recursos advindos de uma rede de hotéis local, de propriedade do Eng. Tarcísio Michelin, foram restauradas as quatro primeiras casas (Casa Merlo, Casa Bertarello, Ferrara Ferri e Cantina Strapazon), as quais receberam os primeiros visitantes em 30 de maio de 1992.

Os moradores de São Pedro, em sua maioria produtores rurais com atividade baseada na monocultura da uva, viam-se sem perspectivas de receber os valores referentes as três últimas safras do produto, entregues a Cooperativa Aurora que havia decretado falência. Mesmo com poucos recursos financeiros estes agricultores ofereceram resistência à implantação de atividades turísticas em suas propriedades, opinião que só mudou

quando receberam incentivos financeiros da rede hoteleira e pelo desejo das mulheres de terem a oportunidade de trabalhar e prover sustento de uma atividade menos cansativa e desvalorizada do que o trabalho agrícola.

Quando idealizou o roteiro, Júlio Posenato definiu como objetivo principal a educação da comunidade do Distrito de São Pedro para o resgate e a valorização da história e do patrimônio cultural herdado dos imigrantes, e a gestão deste patrimônio. O projeto passou por estudos de viabilidade econômica, contou com assessoria cultural, resgatou atividades de artesãos aposentados que transmitiram seus conhecimentos aos mais jovens, montaram a banda musical, o grupo de dança italiana, a orquestra de câmara, o grupo de flauta doce, o coro e o teatro, além de preservar o dialeto “talian”.

O sucesso do roteiro animou idealizadores e comunidade, que em 10 de julho de 1997, contando com a assessoria do SEBRAE, fundaram a Associação Caminhos de Pedra. Elaborou-se então um projeto que visava além da preservação do acervo arquitetônico, o resgate do patrimônio cultural – língua, folclore, arte, habilidades manuais, etc. – Em 10 de agosto de 1998 o Conselho Estadual de Cultura aprovou o projeto que desde então passou a captar recursos das empresas lo-

cais através da Lei de Incentivo a Cultura (LIC). Atualmente o roteiro possui 15 pontos de visitação e 56 pontos de observação externa, recebendo em média 60.000 turistas por ano, sendo declarado patrimônio histórico do Rio Grande do Sul através da Lei Estadual 13.177/09. É também considerado como “museu vivo” por possuir o maior acervo arquitetônico da imigração italiana em meio rural do Brasil e por sua preocupação em preservar o patrimônio material e imaterial local. Esta região que foi colônia de imigrantes italianos é digna de ser preservada e pode ser considerada como um monumento histórico.

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estendem-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964).

A preservação do patrimônio é uma atividade que engloba várias áreas do conhecimento para que seja executada corretamente. Assim as disciplinas envolvidas confrontam suas opiniões, elaborando novas teorias que se articulam, se cruzam e se ultrapassam formando novos conceitos.

### 3 EDUCAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL DO PATRIMÔNIO

As edificações são consideradas os bens patrimoniais que melhor se relacionam com a vida de todos e a que contribui de maneira mais relevante para a análise e o entendimento da história das regiões e cidades. Sua preservação é necessária, mas antes de qualquer ação nesse sentido ou elaboração de planos turísticos que tirem partido deste patrimônio, há a necessidade de realizar a documentação e inventário destes bens, para posteriormente elaborar projetos e ações de tombamento, restauro e preservação.

O processo de documentação destes exemplares em nível de inventário torna-se importante, pois reconhecem o patrimônio local e vernáculo, na maioria das vezes, deixado de lado pelos órgãos públicos responsáveis pelo seu reconhecimento. Estes órgãos, IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual) e IPHAN

(Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) priorizam edificações de relevância nacional, deixando as riquezas locais a mercê do interesse de órgãos públicos ou de investimentos feitos pela iniciativa privada. O ponto de partida para a preservação do patrimônio, material ou imaterial, é o seu reconhecimento pela sociedade como tal. Choay esclarece patrimônio histórico como a expressão que:

[...] designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).

Educar a sociedade para que compreenda a importância desses bens é essencial para sua preservação, objetivos que podem ser alcançados através da elaboração de projetos educativos que disseminem valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, garantindo sua transmissão para gerações futuras (CASCO). Tais projetos podem ser viabilizados através de políticas públicas e implantação de metodologias de educação patrimonial, como as desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em escolas, visando à educação das crianças para a importância do patrimônio histórico e cultural na configuração de uma identidade nacional.

Cabe aos gestores públicos, às instituições de ensino e às organizações da sociedade civil em cada cidade conceber programas e estratégias que estimulem a reflexão sobre o sentido e a importância do patrimônio, abrindo caminho para que a sociedade reconheça a preservação como uma aliada da promoção de melhores relações sociais, melhores condições de vida e caminho para um desenvolvimento mais justo e equilibrado (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 120).

A partir do momento em que o agricultor de origem italiana reconheceu em si valores nunca antes explorados, o roteiro passou a ganhar força. Incentivados a receber turistas em suas propriedades e a convidá-los a conhecer mais sobre sua cultura, seus costumes e sua vida rotineira, esses indivíduos passaram a preservar e valorizar seu patrimônio, de maneira sustentável e natural.

Essa preservação cresceu, e a preocupação em fazer isso de maneira correta passou a ser uma busca constante nas famílias que participam do roteiro. Atualmente o circuito conta com um programa de educação patrimonial para crianças, buscando repassar a cultura italiana dos antepassados às gerações futuras. As crianças participam de atividades culturais em grupos de dança, teatro, bandas musicais, entre outras atividades. Também procuram ensinar o dialeto local, o taliano, muito falado pelos avós e que poucas crianças e adolescentes praticam atualmente. A apropriação social do patrimônio, como ocorreu aqui, garante a preservação dos costumes desse povo, passando-o de geração em geração, como acontece com qualquer bem que possuímos.

Com o crescimento e o desenvolvimento do turismo nessa comunidade, muitas famílias retornaram da cidade e passaram a desenvolver atividades turísticas em suas propriedades. O “Caminhos de Pedra” conta hoje com mais de quinze pontos de visitação, além dos pontos de observação externa - que são aqueles cujos proprietários não possuem recursos para restauro dos edifícios ou pouco se interessam pelas atividades turísticas - e também pontos de apreciação da paisagem. Diante das ameaças representadas pelo crescimento das áreas urbanas, recentemente o IPHAE decretou o tombamento provisório desta paisagem. A área tombada engloba as Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, no município de Bento Gonçalves e Farroupilha, respectivamente.

#### **4 O TURISMO COMO ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO E RENDA**

Tendo em mãos um acervo arquitetônico, que embora se encontrasse em condição de quase abandono, considerado patrimônio histórico, os gestores do roteiro desenvolveram um plano de reuso desses edifícios que, em sua maioria são construções sólidas e de fácil manutenção, podendo ser facilmente adaptados a novos usos. Ação de fundamental importância para a preservação deste patrimônio, visto que, segundo Viollet Le Duc (2006), o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações.

A necessidade de associar a preservação a uma atividade social é fundamental para a ma-

nutenção das edificações. Essa associação permite que proprietários de bens patrimoniais mantenham o uso desse edifício, seja com fins residenciais ou comerciais, desde que não sofram descaracterização. Essas atividades variadas oferecem mais atrativos ao roteiro turístico e evitam também a museificação do patrimônio que, de acordo com Choay (2006, p. 219), seria “[...] a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio”. O roteiro turístico “Caminhos de Pedra” foi criado partindo do princípio da união entre turismo cultural e preservação, evitando o processo de museificação e gerando renda através da visitação turística. A Carta de Turismo Cultural define este como:

[...] a forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento dos monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda população implicada (ICOMOS, 1976).

Esse conceito permitiu o aumento no número de edificações preservadas nas comunidades envolvidas. A população que antes ia para a cidade a procura de melhores condições de vida, agora percebe no meio rural um futuro mais digno. As atividades turísticas evitaram que as novas gerações deixassem estas áreas, despertando nelas o interesse por sua cultura. Esta cultura anteriormente desvalorizada é hoje motivo de orgulho para as famílias e uma das principais atrações turísticas do percurso, visto que “[...] os turistas culturais não se interessam por regiões transformadas em meros cenários, ou seja, por aquelas que perderam sua alma e suas particularidades em favor de um projeto meramente comercial” (MACHADO; BRAGA, 2010, p. 60). As atividades desenvolvidas nessas propriedades rurais compõem, junto com o patrimônio arquitetônico e a paisagem, um conjunto simples e pitoresco que mantém viva a cultura local, sem interferências forçadas pela indústria do turismo e a capitalização dos bens patrimoniais.

As edificações que hoje abrigam as funções de pousada, restaurantes, casas de artesanato, cantinas, entre outras atividades, não tinham esses usos quando foram construídas. A maioria dos

edifícios que compõem o roteiro tinha a função residencial. Como a vontade dos proprietários era ter uma casa que lhe oferecesse maior conforto, essas edificações foram sendo paulatinamente substituídas por residências novas, usando outras técnicas construtivas, outros materiais e uma linguagem arquitetônica muito diferente das construções existentes. As antigas edificações, em sua maioria, construídas em pedra retiradas do local e assentadas com uma mistura de barro e esterco de bovinos, cobertas de telhas de barro, com piso de chão no porão e de madeira nos demais pavimentos, deram lugar para edificações em alvenaria, com cobertura em telhas de fibrocimento e pisos cerâmicos industrializados.

Quando foram construídas pelos imigrantes italianos, essas casas representavam o poder e o crescimento financeiro das famílias, por isso as que possuíam mais detalhes arquitetônicos, maior número de pavimentos, geralmente pertenciam às famílias mais abastadas da comunidade. Boa parte das edificações em pedra recebeu camadas de reboco e pintura, com o objetivo de esconder esse material visto por seus proprietários como um material que demonstrava pobreza, e esteticamente pouco interessante. Poucas edificações de madeira resistiram ao tempo, as que ainda permanecem exigem cuidados específicos e manutenções constantes. A maioria desses edifícios era subutilizada, atendendo a funções de serviço como estábulo, depósitos e galpões.

Como a demanda por locais de atendimento e hospedagem aos turistas aumentou em virtude do sucesso do roteiro, as edificações marginalizadas passaram a ser uma ótima opção para suprir essa necessidade. As atividades realizadas em cada edifício são previamente analisadas, junto com a associação de moradores que participa do roteiro, visando atender as demandas geradas pelo turismo, a disponibilidade de recursos para investimento e a possibilidade do edifício de se adaptar a um novo uso. Atendidos estes requisitos a edificação passa pelo processo de levantamento arquitetônico para posterior desenvolvimento do projeto que irá atender as necessidades do novo programa. Os recursos que são investidos na qualificação destes espaços são provenientes da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), de verbas disponibilizadas pelo governo municipal, além de recursos captados pela Associação Caminhos de Pedra junto aos associados que recolhem 2,5% dos valores angariados com a venda de souvenirs e das atividades turísticas realizadas em seus estabelecimentos.

Essas atividades além de gerarem dividendos empregados na preservação do patrimônio histórico local são fonte de renda para as famílias rurais, normalmente donos de pequenas propriedades. Caso não desenvolvessem atividades turísticas, possivelmente não teriam boas condições de vida, dependeriam da sazonalidade da produção agrícola e certamente teriam que procurar outra forma de sustento em atividades pouco relacionadas às praticadas por seus antepassados. Conforme Fávero (2000), a comunidade local estava satisfeita com a implantação do roteiro, pois trouxe mais infraestrutura, oferta de emprego, aumento da renda familiar, preservação do meio ambiente e dos bens arquitetônicos, resgate dos usos e costumes, valorização das raízes italianas, diversificação das atividades, possibilidade de trocas culturais com os turistas, entre outros benefícios. Vemos que as vantagens trazidas pelo desenvolvimento de atividades turísticas abrangem não só as famílias que possuem estabelecimentos voltados para esta atividade, mas também ao restante da comunidade, que colhe os frutos de um trabalho bem sucedido.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área abraçada pelo roteiro turístico “Caminhos de Pedra” é incontestavelmente importante para a história e cultura do estado. Sua preservação está diretamente ligada à permanência da população rural neste local e à reutilização dos edifícios vinculada ao desenvolvimento do turismo. A atividade turística permitiu que isso ocorresse e trouxe consigo o resgate da autoestima, da valorização da cultura da comunidade envolvida, proporcionou oferta de emprego e renda alternativas, acesso à infraestrutura, educação e a possibilidade de trocas culturais que enriquecem e contribuem para o aprendizado dos indivíduos envolvidos.

Portanto, pode-se dizer que a preservação do patrimônio histórico é necessária e viável, podendo trazer inúmeros benefícios à população local. É importante ressaltar também a forma como as atividades turísticas são inseridas no cotidiano das cidades, evitando que sejam produzidas cidades ou locais artificiais, verdadeiros cenários para turista ver, além de ações que compatibilizem a atividade turística e a preservação dos bens para que esta não provoque a deterioração ou degradação dos imóveis.

## REFERÊNCIAS

- BATISTELLA, Alessandro. *Patrimônio, memória e poder*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BENTO GONÇALVES. *Lei Municipal nº 5.467*. Bento Gonçalves: PMBG, 2012. Disponível em: <[http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/10/LM\\_5467\\_SMC-bento-gon%C3%A7alves.pdf](http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/10/LM_5467_SMC-bento-gon%C3%A7alves.pdf)>. Acesso em: 19 fev. 2013.
- BENTO GONÇALVES. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. Bento Gonçalves: PMBG, 2006. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- CAMINHOS DE PEDRA. Disponível em: <<http://www.caminhosdepedra.org.br>>. Acesso em: 26 fev. 2013.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Ter-ciane Angela. *Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves*. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. "Sociedade e Educação Patrimonial." Coletânea Virtual IPHAN Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526>>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.
- FÁVERO, Ivane Maria Remus. *Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural*. Bento Gonçalves: Monografia de conclusão do curso de Especialização em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico., 2000.
- GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *História da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2007.
- ICOMOS. *Carta de Veneza, 1964*. Disponível em: <[http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Veneza\\_1964.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2013.
- \_\_\_\_\_. *Carta do Turismo Cultural, 1976*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=248>>. Acesso em: 06 fev. 2013.
- IPHAN. *Carta de Brasília, 1995*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em: 01 jan. 2013.
- MACHADO, Jurema; BRAGA, Sylvia. *Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1997.
- SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas, 1931*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 01 jan. 2013.
- OEA. *Normas de Quito, 1967*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 01 jan. 2013.
- ONU. *Recomendação de Paris de Obras Públicas e Privadas, 1968*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=239>>. Acesso em: jan. 2013.
- UNESCO. *Recomendação de Paris Paisagens e Sítios, 1962*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>>. Acesso em: 01 fev. 2013.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

**ABSTRACT**

The heritage conservation generally faces problems related to its acknowledgment as one; but also economic problems that often make conservation and maintenance actions unfeasible. Thus, alternatives are arising in the areas of heritage interest, aiming to make possible its conservation. One of these alternatives is the association to the cultural tourism. This article aims to report the tourist route “Caminhos de Pedra” (Stone Paths) case, located in the rural area of the city of Bento Gonçalves, at Serra Gaúcha (Southern Highlands). It is about a touristic route based on architecture, culture and habits preservation of ancient Italian immigrants’ colonies. The buildings reuse for touristic commercial purpose provided the improvement of community life conditions and made possible the heritage conservation and, through the heritage education, the acknowledgment of the involved community.

**Keywords:** Tourism. Conservation. Heritage. Heritage education. Income.